



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANGELINA ELENDE CHINJUMBILA

**PROPOSTA DE POLÍTICAS PARA A INTERVENÇÃO DAS
AUTORIDADES TRADICIONAIS NOS LOCAIS HISTÓRICOS DO
MUNICÍPIO DA CAÁLA**

CAÁLA-2023

ANGELINA ELENDE CHINJUMBILA

**PROPOSTA DE POLÍTICAS PARA A INTERVENÇÃO DAS
AUTORIDADES TRADICIONAIS NOS LOCAIS HISTÓRICOS DO
MUNICÍPIO DA CAÁLA**

Relatório do PFC apresentado ao Departamento de Ensino e Investigação em História, do Instituto Superior Politécnico da Caála, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em História.

Orientador: Ladislau Profírio Amadeu,
Lic.

Dedico este trabalho à minha família, de forma especial ao meu esposo e a todos aqueles que clamam pela manutenção e preservação dos lugares históricos.

AGRADECIMENTOS

Ciente de que a elaboração deste relatório foi possível com a importante ajuda de várias pessoas, quero expressar os meus profundos agradecimentos, em primeiro lugar a Deus, por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do percurso da minha formação.

O meu profundo e sincero agradecimento ao Instituto Superior Politécnico da Caála e aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência, sobre tudo pela compreensão ao longo da formação.

O meu cordial agradecimento ao professor Ladislau Profírio Amadeu, meu orientador, por ter desempenhado tal função com afeição e dedicação.

À minha família, especialmente aos meus amados pais, pelo incentivo nos momentos difíceis.

Aos meus estimados filhos, razão da minha existência.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante a minha formação, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda.

E a todos aqueles que, directa ou indirectamente, ajudaram para a realização deste trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANGOP - Agência de notícias Angola Press

Art. - Artigo

C.F.B - Caminho de ferro de Benguela

CRA - Constituição da República de Angola

Et al - E outros

E.U.A - Estados Unidos da América.

Nº - Número

P - Página

P.M.D.S - Plano Mundial do Desenvolvimento Social

PP - Páginas

RESUMO

As autoridades tradicionais são órgãos responsáveis em zelar pelos aspectos culturais de uma determinada localidade, e a sua intervenção nos locais históricos é muito importante. Os lugares históricos do município da Caála contribuem para o crescimento contínuo da economia através do turismo e não só. Assim sendo, este trabalho tem como tema: Proposta de políticas para a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do município da Caála. Para investigar o assunto, partimos da seguinte situação problemática: A degradação dos locais históricos do município da Caála e a não intervenção das autoridades tradicionais, bem como a inexistência de políticas de conservação dos Locais históricos. O objectivo desta pesquisa é elaborar acções que contribuam para a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do Município da Caála. Para atingir estes objectivos, servimo-nos do método analítico e sintético, bem como, o método empírico. Fizemos uma contextualização do município da Caála, uma análise da valorização dos locais históricos, assim como o papel das autoridades tradicionais na conservação dos locais históricos existentes na Caála. Como resultado, obtivemos fundamentos teóricos que servem para demonstrar a pertinência das autoridades tradicionais e propor as seguintes políticas de intervenção das mesmas nos locais históricos do município da Caála: Promover eventos onde as autoridades tradicionais expliquem o real valor que cada local histórico tem e como devemos conservá-los. Assim, acreditamos que este trabalho contribuirá na construção de um conhecimento mais realista dos locais históricos. O presente trabalho é também um contributo para o enriquecimento bibliográfico no ensino da história.

Palavras-chave: Autoridades ;Tradicionais; Intervenção; Locais históricos e Caála

ABSTRACT

The traditional authorities are bodies responsible for looking after the cultural aspects of a particular locality. The historical places contributing to the continuous growth of the economy through tourism and not only. Thus, this work has as its theme: Proposal of policies for the intervention of the traditional authorities in the historical sites of the municipality of Caála. To investigate the subject in question, we start from the following problematic situation: The degradation of the historical sites of the municipality of Caála and the non-intervention of the traditional authorities, Thus, the objective of this research is to elaborate actions that contribute to the intervention of the traditional authorities in the historical sites of the Municipality of Caála. we used a method the analytical and synthetic, as well as the empirical method. As a result of th, we obtained foundations that serve to demonstrate the relevance of the traditional authorities and propose the following policies of intervention of the same in the historical sites of the municipality of caála: promote events where the traditional authorities explain the real value that each historical site has and how we should conserve them. Thus, we also believe that this work will contribute to the construction of a more realistic knowledge of our historical sites, thus being able to arouse the interest of other researchers in the exploration and deepening of the theme under approach as well as encourage the traditional authorities to intervene more accurately in the historical sites of the municipality of Caála. It is also emphasized that the present work is a contribution to the bibliographic enrichment in the teaching of history,

Keywords: Traditional Authorities; Intervention; Historic sites and Caála.

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 População e Amostra	30
------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Divisão dos inquiridos por idade	30
Gráfico 2 Divisão dos inquiridos por idade	31
Gráfico 3 Estado actual dos locais históricos do Município da Caála.....	31
Gráfico 4 Intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos.....	32
Gráfico 5 A requalificação e modernização dos locais históricos contribui para a sua valorização?	32
Gráfico 6 Os munícipes da Caála sabem o significado dos locais históricos para as suas.....	33
Gráfico 7 A valorização dos locais históricos tem um impacto no crescimento da economia?.....	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Capela Nossa Senhora do Monte:	40
Figura 2 Primeiro Chafariz da Caála	41
Figura 3 Pedra Kawe.....	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA.....	13
1.2	OBJECTIVOS	13
1.2.1	Objectivo geral	13
1.2.2	Objectivos Específicos	13
1.3	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	15
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA CAÁLA	15
2.1.1	Breve Historial do Município da Caála.....	15
2.1.2	Localização e Limites Geográficos.....	15
2.1.3	Situação Climática.....	16
2.1.4	Demografia.....	16
2.1.5	Divisão Administrativa	16
2.1.6	Sobre a Actividade Económica.....	17
2.1.7	Organização Religiosa	18
2.2	A INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NOS LOCAISHISTÓRICOS	19
2.2.1	Sobre as Autoridades Tradicionais.....	19
2.2.2	Conceito de Autoridades Tradicionais.....	19
2.2.3	Hierarquia das Autoridades Tradicionais.....	20
2.2.4	Legitimidade das Autoridades Tradicionais	21
2.2.5	Sistema de Justiça das Autoridades Tradicionais	21
2.3	SOBRE OS LOCAIS HISTÓRICOS	22
2.3.1	Conceito de Locais Históricos	23
2.3.2	Tipos de Locais Históricos.....	23
2.3.3	Importância dos Locais Históricos.....	23
2.3.4	Causas da Vandalização dos Locais Históricos	24
2.3.5	Consequências da Vandalização dos Locais Históricos.....	25
2.3.6	O Papel das Autoridades Tradicionais na Preservação dos Locais Históricos	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1	TIPOS DE PESQUISA	28
3.2	MÉTODOS DE PESQUISA	28
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.	29
3.3.1	Tipo de amostragem:	29
4	DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
5	PROPOSTAS DE SOLUÇÃO	34
6	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
	APÊNDICES	40
	ANEXOS	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade propor políticas de intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do Município da Caála. É um tema com alta relevância para o fortalecimento e desenvolvimento das comunidades da região, já que, a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos pode, além de dar legitimidade, garantir o desenvolvimento socioeconómico do município, objecto da presente pesquisa. Estes locais são, de facto, os guardiões da identidade cultural do povo da Caála. O nosso principal objectivo é de elaborar políticas de intervenção das autoridades tradicionais que contribuam para a valorização e requalificação dos locais históricos do Município da Caála. É uma discussão que convida as autoridades tradicionais a intervirem nos locais históricos. Nesta linha de pensamento, o contacto directo com as autoridades tradicionais evidencia a manifestação da cultura e proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo activo de apropriação e valorização da sua herança cultural.

Acreditamos também na possibilidade de que no decorrer da investigação, possamos descobrir os processos que possibilitam a valorização e requalificação dos locais históricos para a diversificação da economia do Município da Caála. Tendo em conta a escassez de referências bibliográficas referentes ao tema a que nos propusemos tratar, acreditamos estarmos a contribuir para novas perspectivas de análise que poderão acrescentar ao conhecimento existente.

A relevância atribuída aos locais históricos, sobre a sua classificação e consequente protecção, não deve ser efectuada a pensar, somente, no objecto em si, mas também, na melhor forma de aproximar as populações. Subjacente a este processo, deverá estar inclusa sempre a pretensão de se criar uma ligação didáctica e lúdica dos cidadãos com o património e onde cada um se possa identificar culturalmente. Os locais históricos desempenham um papel preponderante na diversificação da economia, uma vez que, em primeiro lugar, a diversificação pode ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento empresarial e, portanto, em nível de estratégia global ou corporativa. Em segundo, a diversificação pode ser vista como uma opção que as empresas, por diferentes circunstâncias, adquirem certa presença em diversas actividades” (BARBOSA, 2014, p.15).

1.1 Situação Problemática

O presente relatório tem como situação problemática a degradação dos locais históricos do Município da Caála.

1.2 Objectivos

Para a realização do presente relatório elaborou-se os seguintes objectivos:

1.2.1 Objectivo geral

Propor políticas para a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do Município da Caála.

1.2.2 Objectivos Específicos

1. Analisar o papel das autoridades na preservação dos locais históricos;
2. Diagnosticar o estado actual dos locais históricos do Município da Caála;
3. Elaborar acções que contribuam para a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do município da Caála

1.3 Contribuição do Trabalho

Propondo políticas que visam a participação das autoridades tradicionais nos locais históricos, pode-se contribuir para a eficácia do processo de salvaguarda e protecção destes locais históricos e, com efeito, o desenvolvimento socioeconómico local, com o aumento do turismo cultural.

Definirmos a participação e o comprometimento das autoridades tradicionais e dos habitantes do município na salvaguarda e que estes devem ser estimulados e favorecidos pela necessidade de tomada de consciência de todas as gerações com a realização de programas de educação patrimonial.

Envolver os actores sociais, que permitam diagnosticar melhor os problemas encontrados nesses locais, diminuindo os riscos de descontinuidade da intervenção das autoridades tradicionais.

Para a realização de políticas de intervenção nos locais históricos, ressalta-se a participação das autoridades tradicionais e das três esferas do poder público, principalmente o poder municipal, a quem cabe o controlo urbanístico, o que lhe confere um papel preponderante na protecção e conservação dos locais históricos;

Além da participação do poder público, vamos propor a participação do sector privado, do empresariado, com destaque para o sector turístico, que é um importante agente na cooperação para o desenvolvimento sustentável dos locais existentes no município da Caála e preservação do património cultural;

Criarmos condições favoráveis para a cultura e lazer, bem como, reordenar as actividades económicas e potencializar a capacidade turística da Caála.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Caracterização do município da caála

2.1.1 Breve Historial do Município da Caála

De acordo Pessela, (2021), Kahala foi fundada por Antero Calvino, José Henriques Beira, Guardinho da Cunha Barros e José da Fonseca Monteiro. Chega-se a conclusão de que a sua fundação deve datar de 1900, pois quando rebentou a revolta do Bailundo, em 1902, já se encontravam neste território Guardino da Cunha Barros e Antero Calvino.

Partindo do pensamento de Mário Chimuco (2022) na época colonial, muito antes de os portugueses chegarem a este território da Caála, os autóctones já estavam organizados, já viviam em sobados e ombalas e já estavam em organização de mandatos de chefia. Quando o colono chegou, em 1913 a 1914, era o Soba Grande chamado Kahala, que controlava os residentes do Muangunja, Ngumbe, Chikualula, Cassupi e Sakanombo, e tantos outros.

No dizer de Neto (2018) antes da formação do reino do Huambo, o território que hoje é chamado de Caála era uma área de culto sob domínio do clã Nganda no século XV, centrada na chamada Pedra Cawe.

Chimuco (2022) citado por (SAMACACA 2022, p 14), afirma que, “Kahala era o nome de um soba. Quando os Portugueses chegaram, foram recebidos por este soba, razão pela qual os portugueses decidiram homenageá-lo, daí, o território passou a chamar-se de Caála”.

Os ovimbundu do Município da Caála formaram-se pela fusão dos Ngandas com dois clãs nómadas vindo do Cuanza sul, mais especificamente na região de Celes, estes eram liderados por Wambu Kalunga e Sunguandumbu, que entraram em acordo com os Ngandas para também se estalarem no local (NETO, 2018, p.18).

2.1.2 Localização e Limites Geográficos

Segundo Calundungo (2013), O município da Caála está localizado a Sudoeste da província do Huambo, sendo que a sede municipal dista, aproximadamente, 25 km da sede municipal do Huambo.

A Caála apresenta os seguintes limites geográficos: a Norte com o município do Ekunha, a Este com o município do Huambo, a Sul com os municípios de Chipindo e Caconda e a Oeste com os municípios de Longonjo, Ukuma e Tchinnenje.

2.1.3 Situação Climática

À semelhança do indicador da Província, o Município da Caála apresenta um clima tropical de altitude durante o ano, com duas épocas (Seca e Chuvosa), sendo que a época seca começa no mês de Maio e termina no mês de Agosto e a época chuvosa (essencialmente agrícola) começa em Agosto e termina em Maio do ano seguinte. Sublinha-se que “nos últimos anos, durante a época chuvosa, tem-se registado alguma estiagem, que tem criado impactos negativos na agricultura, principal actividade da região”. (CALUNDUNGO, 2013, p.35).

2.1.4 Demografia

De acordo Albano Catombela, em declaração ANGOP (21.06.2019, 9h) os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, defineo crescimento da população anual de 3,5%, a Caála possui uma população estimada em 379.102 habitantes, dos quais, 183.546 são homens e 195.556 são mulheres, representando 14% da População da Província, dos quais 146.643 representa a população economicamente activa.

2.1.5 Divisão Administrativa

Administrativamente o município da Caála é constituído por quatro comunas, nomeadamente: a Comuna Sede, Calenga, Catata e Cuima.

Quanto à superfície, segundo Calundungo (2013, p.22), a Caála ocupa uma superfície de aproximadamente 3.680km², o que corresponde a 10% da superfície total da província do Huambo.

Tem uma população estimada em 379.102 dos quais 81.500, é a população laboral activa. Possui 399 Aldeias com 390 Autoridades Tradicionais, dos quais 12 são Sobas Grandes, 44 Sobas Pequenos, 283 Sekulos e 51 Ajudantes. (PMDS, 2017, p.12).

2.1.6 Sobre a Actividade Económica

Em meados de 1912 chegou à Caála a linha do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), factor que contribuiu para o desenvolvimento do povoado que, até então, era um pequeno acampamento (povoação), cujo soba chamava - se Cahala Mbita. (PESSELA, 2021, p.9).

“Após o alcance da independência no país, os principais empreendimentos económicos estavam controlados pelas multinacionais dos EUA, da Antiga Alemanha federal, do Japão ou ligadas à antiga metrópole”. (NETO, 2010, p. 189).

A economia do antigo concelho, da actual Caála, assentou-se essencialmente na agricultura, ocupando lugar do grande destaque, o cultivo do milho, com uma produção de 70 mil toneladas. A agricultura e a pecuária foram as principais bases para o desenvolvimento económico, mas que o grande avanço, deu-se a partir da exploração de ferro do Cuima. Na agricultura, cultivaram-se várias espécies vegetais, com maior destaque no cultivo de milho e batata, sendo o cultivo do milho a atingir o maior auge, sendo camiões e a transportarem para o Grémio da sede da Caála, o que fez elevar o Município à rainha do milho. (RODRIGUES, 2008, p.16).

Segundo Monteiro (2014) citado por Samacaca, (2022, p.17), para os Ovimbundu, a agricultura é o principal meio de subsistência, tendo a caça e a criação de gado como outros meios de produção local para o sustento do grupo. O milho é um dos produtos mais cultivados, constituindo-se, desse modo, como o principal alimento da região (o pirão e a massambala).

No final do período da colonização, estimava-se que mais de um milhão de famílias camponesas trabalhavam na terra garantindo a sua subsistência e trocando seus excedentes por outros bens que produziam. Nesta mesma época, existia também um sector capitalista em desagregação, centrado num sistema de grandes plantações, dominado pelo colonizador português, em resultado do clima de instabilidade política, centenas de grandes empresas agrícolas e fazendas comerciais foram abandonadas, antes e imediatamente após a independência nacional. As diferenças e especificidades regionais indicavam que regiões rurais como as do planalto central, apresentavam uma maior concentração populacional do que outras e dispunham também, de uma maior capacidade de produção de alimentos, dado que se tratava de uma população rural eminentemente constituída por camponeses, diferentemente do Leste do país. (COSTA, 2006, p.30).

Ainda segundo Ceita (2014), citado por Cananga, (2022 p.185) “a comunidade umbundu habitava numa área potencialmente fértil, o que lhe conferia

uma zona agrícola por excelência”. Os Ovimbundu cultivavam em pequenas parcelas de terra.

De acordo com o autor já mencionado, as lavras familiares estavam organizadas em três partes:

A primeira, chamada *Ocumbo*: que são os arredores das residências para o cultivo de feijão (ocipoke) batata-doce (ekapa) abóbora (omutu) cuja folha é o alimento básico, lombi (legumes), omwenge, cana-de-açúcar. Para evitar a destruição de ocumbo pelos animais protegiam-no com um cerco feito de paus, designado por olumbu.

A segunda, chamada *Onaka*: situado nas zonas inclinadas com terrenos húmidos que acumulavam águas e se tornavam férteis durante o ano garantida pelos aluviões. Esse terreno é o campo alternativo em situação de seca, onde a população cultiva para minimizar a carência alimentar.

A terceira, chamada – *Epya*: é a lavoura ou terra lavrada, de uma forma geral, familiar e serve para o cultivo extensivo fundamentalmente, do milho (*epungu*) do sorgo e da soja.

2.1.7 Organização Religiosa

A religião dos bantus era estruturada a partir da crença em uma pirâmides, dividida entre o mundo invisível e o mundo visível. Em uma ordem hierárquica de importância, no primeiro grupo encontravam-se na divindade suprema e baseava – se nos espíritos dos ancestrais. No segundo grupo estavam situados os reis, os chefes de reino, tribo, clã ou família, os especialistas da magia, os anciãos, a comunidade, o ser humano, os animais, os vegetais, os minerais, os fenómenos naturais e os astros. (ALTUNA, 1985, p.19).

Segundo Daibert (2015), na tradição religiosa bantu, a vida é sustentada por um ser supremo que reina sobre o Universo e sobre os homens de modo distante, porém benéfico. Todos os povos que compartilhavam a cosmovisão bantu acreditavam em um Deus único, supremo e criador, chamado de Kalunga, Zambi, Lessa, Mvidie, Suku, entre outros nomes, de acordo com o grupo étnico.

Segundo Pacheco (2002) citado por Samacaca (2022, p.20) “o culto dos antepassados constitui suporte do poder e é utilizado para conter reivindicações das gerações mais jovens e com estatutos desiguais, ou dificultar ou impedir a mobilidade social”. Na Cultura Umbundu, da qual a Caála faz parte, verifica-se, a

existência do etambo, um pequeno santuário com alguns objectos dos antepassados no qual são colocados, com alguma regularidade, vinho e pão para garantir a protecção dos mesmos. Os homens apresentavam oferendas aos antepassados como forma de influenciá-los, obter favores e solucionar problemas. Por isso ofereciam aos seus mortos vegetais, fumo, bebidas alcoólicas, entre outros, conforme o costume específico de um grupo filiado à tradição bantu. Em alguns casos também eram ofertados sacrifícios de animais como forma de melhorar as relações e interacções entre os dois mundos. Tanto as oferendas como os sacrifícios transmitiam força vital e recuperavam o equilíbrio e a harmonia. (DAIBERT, 2015, p.132).

2.2 A intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos

2.2.1 Sobre as Autoridades Tradicionais

O percurso pelos principais conceitos serve para demarcar, do ponto de vista conceptual, o objecto de análise desta proposta que são as estruturas de poder político das sociedades tradicionais africanas, ou seja, as estruturas que organizavam a vida política dessas sociedades, às quais se dá nesta proposta de intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos. (CAMPOS,2017, p.18).

Para Tunga (2020), as autoridades tradicionais, ao contrário da autoridade racional, o poder não reside no cargo em si mas no indivíduo (senhor) que ocupa, a institucionalização de autoridade e proporciona uma crescente importância na racionalização, do próprio cargo.

2.2.2 Conceito de Autoridades Tradicionais

Autoridades tradicionais, “são entidades que exercem poder sobre as comunidades e cuja existência antecede os órgãos da administração local do Estado, e visam a resolução dos problemas do quotidiano da população”, (CRA, 2010).

Por sua vez, o ancião Katchipundo (2023, p.15) diz que “as autoridades tradicionais são sociedades cuja organização social é fundada no parentesco e cujo substrato filosófico

- religioso se baseia no culto dos antepassados” e estas, situam-se a três níveis hierárquicos, como já se referiu, e que oficialmente se traduzem hoje no regedor (ou soba grande), no soba e no sekulu. O poder tradicional é, em regra, um poder autocrático, podendo decidir de forma discricionária sobre as mais diferentes

questões, inclusivamente sobre a vida e a morte dos súbditos.

Com base na observância constitucional, o Estado angolano encara as autoridades tradicionais como “entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização político - comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito à Constituição, (CRA, 2010).

2.2.3 Hierarquia das Autoridades Tradicionais

Quanto à hierarquia das autoridades tradicionais importa mencionar três figuras, que são: Soba Grande, Soba e Sekulu.

Segundo Pacheco (2002), citado por Chico (2020, p. 59), “as Autoridades Tradicionais situam-se a três níveis hierárquicos, e que oficialmente se traduzem hoje no regedor (Rei ou soba grande), no soba e no sekulu”.

Segundo Mário Chimuco (2022), o Sobado Grande estava constituído por uma Corte, Epalanga (servia para as relações exteriores), Kesongo (servia para a organizaçãoda defesa e segurança na Ombala), Ndaka (era o porta-voz do Soba) e Kapingãla (era o adjunto do Soba).

Quanto às funções da Corte, segundo Ceita (2014), são várias e dependem dolocal onde estiverem a exercer o seu poder.

As Ombala, são a sede administrativa, o Estado, controlam as aldeias e têm um só Soba no poder. Por sua vez, cada aldeia tem um soba, que presta contas ao soba grande. Ele é eleito pelo conselho de anciãos. (CEITA, 2014, p.23).

Para além desta hierarquia, existe também o conselho do soba (conjunto de anciões) que tem como principais funções aconselhar o soba na tomada de decisões em matérias complexas e de governação, assessorar o soba em problemas delicados como julgamentos, questões de heranças, terras, homicídios, adultério entre outros assuntos atinentes às comunidades. (MANGALA, 2018, p.46).

Segundo Mangala (2018) o soba grande é o representante máximo da circunscrição, normalmente ao equivalente a uma comuna, com a prerrogativa de convocar todos os outros sobas da localidade e quem toma as principais de decisões sobre a comunidade.

De acordo com Pereira (2017) o Soba Grande corresponde ao Regedor, tem representação equivalente a uma comuna, com a prerrogativa de convocar todos os outros sobas comunais.

O “soma inene” é a figura soberana do reino e da etnia Ovimbundu. Ele é comumente entendido como uma figura poderosa e reguladora da ordem no seio da comunidade, daí, as suas funções jurídicas e legislativas. É um agente que exerce e controla e a comunicação com o universo mágico, pois acredita-se que o mesmo possui capacidades para manusear as forças do oculto e intermediar ou estabelecer a comunicação entre dois mundos, isto é, o dos vivos, onde residimos e o dos mortos onde residem os espíritos de seus antepassados, com o escopo fundamental de supostamente garantir o bem comum. (SUNGO, 2015, p. 64).

2.2.4 Legitimidade das Autoridades Tradicionais

O poder tradicional em Angola é entendido como uma manifestação do poder local. Sendo certo que este antecede o Estado moderno. É, portanto, originário e autónomo. (PEREIRA, 2017, p. 99).

A legitimidade das autoridades tradicionais é conferida segundo os princípios consuetudinários e a constituição de acordo os artigos 223º, 224º e 225º ambos da (CRA, 2010), fazem menção a este reconhecimento, representatividade e regimento. O Artigo 223.º nº 1 diz o seguinte; “o Estado reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário e que não contrariam a Constituição”. (SUNGO, 2015, p. 59).

2.2.5 Sistema de Justiça das Autoridades Tradicionais

A administração da justiça dentro do sobado pertence ao soba. Julgam com a imparcialidade caso as partes litigantes não cheguem a um entendimento, antes reúne com seus conselheiros e anciões (que são os depositários das leis e dos usos e costumes) para julgar tal qualquer caso em audiência pública no Jango. (MANGALA, 2018, p. 55).

O poder tradicional é autocrático e pode decidir de forma discricionária sobre as mais diferentes questões, inclusivamente sobre a vida e a morte dos súbditos. (PACHECO, 2002, p. 26).

Segundo Razul (2011) “os sobas afirmam-se como as primeiras instâncias para a resolução dos mais diversos assuntos no quotidiano das comunidades, aplicando multas aos prevaricadores, de acordo com o direito consuetudinário.

No que diz respeito aos delitos, especificamente nos casos de homicídio, acabam por apresentar distintas vertentes, como o homicídio praticado em função de um ritual, que passa a ser considerado “um sacrifício e não um crime” (RAZUL 2011, p.20).

Na sequência, segundo Mangala (2018, p. 56), em alguns delitos considerados graves, como o exemplo do homicídio, os sobas têm reencaminhado junto dos órgãos estatais competentes para o devido tratamento. No geral, toda e qualquer situação que sucede numa determinada povoação é informada de imediato ao sobado correspondente a fim de, por um lado, intervir conforme os preceitos consuetudinários, e por outro, atendendo a sua complexidade, reportar às instituições estatais para sua intervenção.

Segundo Kapoco (2019), nos julgamentos tradicionais, actualmente já não há penas, ou seja, privação de liberdade como tal, existe simplesmente; castigos, pagamento de multas e indemnizações.

2.3 Sobre os Locais Históricos

Segundo Batalla, (1997, p. 54), os locais históricos estão ligados aos aspectos da cultura, pois, guardam informações do passado.

Podemos afirmar que os locais históricos constituem herança cuja identificação e valorização é essencial para a coesão social. Por isso, toda intervenção que se pretenda sobre os mesmos, devem as autoridades do Município ter uma palavra a dizer.

De acordo com a ANGOP, os locais históricos existentes no Município da Caála há que destacar, o morro Mbandjela, onde se localiza a Capela de Nossa Senhora do Monte; as pedras Nganda la Kawe; o túmulo do Huambo Kalunga; a fortaleza do reino do Tchingolo.

2.3.1 Conceito de Locais Históricos

Segundo Tavares (2014), local é uma palavra masculina que quer dizer “lugar” ou sítio. Então, podemos definir locais históricos, numa forma clara, como os lugares que têm uma certa relevância histórica.

Na perspectiva de Nora (2006, p.389) os locais históricos são uma evidência dos “lugares de memória relacionados à nação e são listados ao lado dos muitos exemplos materiais de lugares de memórias”.

Segundo Júnior (2015) a conceituação dos locais históricos está ligada ao valor de antiguidade - quando o local permite ao indivíduo marcar a passagem do tempo universal e físico; o valor de rememoração - quando o local permite ao indivíduo ou colectividade elaborar um sentido de continuidade com um passado a ser retomado; e, o valor histórico - quando o local permite ao indivíduo ou colectividade de construir uma narrativa para o próprio passado.

2.3.2 Tipos de Locais Históricos

Quando falamos dos tipos de locais históricos, nos referimos aos lugares em que uma sociedade, nação, família, etnia, partido, declare voluntariamente suas lembranças. Os locais históricos podem ser: lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e as arquitecturas; lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, etc. (BATALLA, 1997,p.34).

2.3.3 Importância dos Locais Históricos

Os locais históricos são de fundamental importância para a preservação da identidade da história. Os estudos sobre as formas de preservação desse património têm sido frequentes nos últimos anos, recebendo contribuições de áreas como Sociologia, Antropologia e Comunicação, embora fossem, anteriormente, restritos ao campo da História (BISPO, 2011, p.11). Concordando com o autor; nas acções de preservação dos locais históricos envolvem o uso de políticas públicas, assim como, das autoridades tradicionais na intervenção destes locais.

Os Locais Históricos constituem testemunho essencial sobre as actividades humanas passadas, englobando tudo o quanto é do interesse da humanidade.

Como já se fez referência anteriormente, os locais históricos são o reflexo da identidade de um povo. São vistos como portadores de mensagens do passado, inspiração para as gerações futuras, são o testemunho vivo para desenvolvimento histórico, social e económico de um País. (BISPO, 2011, p.13).

Quanto ao aspecto económico, importa referir que os locais históricos, por intermédio do turismo, ajudam na diversificação da economia - razão da existência das

populações. Por isso a humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores e a considerar os monumentos e locais históricos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza. (MOTA, 2007, p.23).

Segundo Craveiro (2011), os locais históricos são importantes porque nos ajudam na preservação da memória destes, e da identidade dos povos. Através dele, é possível identificar não só os costumes, mas também a organização política e o núcleo axiológico que entreteceu as gerações passadas cujos vestígios hoje se contemplam. No entanto, a cultura é uma realidade mutável, ela não se resume ao passado, espalhando-se também pelos tempos modernos. Segundo o autor “a relevância atribuída ao património cultural, sobre sua classificação e consequente protecção, não deve ser efectuada a pensar, somente, no objecto em si, mas também, na melhor forma de o aproximar às populações”. Essa tarefa deve ser feita através das autoridades comunitárias.

2.3.4 Causas da Vandalização dos Locais Históricos

Historicamente, o termo vandalismo origina do vocábulo francês *vandalisme*. As causas da vandalização dos locais históricos estão ligadas com a, quebra de regras ou normas sociais, subversão dos valores ou insurreição contra ordem pública, manifestações e a existência de pretensões de apropriar-se de bens públicos. (MERRILLS, 2009, p.51).

Existem indicadores de incivildades relacionadas não apenas a aspectos socioculturais, mas também a condições relativas a insensibilidade ao espaço comum, fortemente atadas a desvios comportamentais e violência de grupo impulsionados, muitas vezes pelo consumo de drogas e abuso de álcool. Geralmente os estudos sociais do vandalismo se preocupam em identificar condições como conflito de valores, violação de normas, desorganização, danos, disfunção ou ameaça a valores como essência de um problema social. (LIMA, 2012, p.46).

Há padrões cognitivo - afectivos (atribuição de intenção hostil, projecção de culpa, rotulagem incorrecta, raciocínio) e habilidades interpessoais (ausência de autocontrolo, controlo da raiva e habilidades pro-sociais), que levam um individuo a partir pelo vandalismo. (WREST, 2012, p.55)

Acreditamos que, com as políticas de intervenção das autoridades tradicionais poderá diminuir questões de vandalização, visto que estas terão o poder de serem também guardiões destes locais e de dar a sua opinião quanto à modificação ou à destruição destes locais conforme tem se visto ultimamente.

Desta feita destacamos, como questões a minimizar com a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos, as seguintes:

1. Falta de segurança ou vigilantes permanentes nestes locais,
2. Falta de vedação ou cercos nestes locais,
3. Falta de consciencialização dos cidadãos,
4. A débil educação cultural,
5. Condições socioeconómicas.

2.3.5 Consequências da Vandalização dos Locais Históricos

Segundo Heron (2003), as consequências da vandalização, consiste na perda da identidade de uma comunidade, sendo que com as invasões e destruições destes locais, as gerações futuras não terão uma visão dos seus ancestrais.

Segundo Pimenta (2018) As consequências da vandalização agrupam – se em três categorias: o primeiro prejudicado pelo vandalismo é o espaço, pela perda das características estéticas e funcional; O segundo prejudicado é o Estado ou entidade gerente do espaço, sofre pelos custos da reparação ou substituição do local vandalizado e o terceiro prejudicado, que é a mais importante vítima do vandalismo, consiste em todo e qualquer indivíduo que se veja incapaz de usufruir

na totalidade das qualidades estéticas ou funcionais do espaço que pretende utilizar.

Assim, haverá:

1. Perda da identidade cultural;
2. Esquecimento da história de uma determinada comunidade ou região;
3. Dificuldade aos historiadores em narrar a história de um local destruído;
4. Enfraquecimento do turismo no Município.

2.3.6 O Papel das Autoridades Tradicionais na Preservação dos Locais Históricos

Quanto ao papel das autoridades tradicionais, na visão de Chico (2021), centra-se na responsabilidade pela organização e mobilização das comunidades e os membros em resposta às intervenções sociais, económicas e políticas.

As autoridades tradicionais têm desenvolvido várias actividades de apoio à Administração Municipal, tais como: fazer o controlo estatístico dos cidadãos na sua área de jurisdição; preservar os hábitos e costumes a nível local; prevenir e resolver conflitos no âmbito costumeiro; transmitir às populações as principais acções do Governo sobre a sua área de responsabilidade; interagir com os responsáveis do Estado sobre os problemas da sua comunidade (GARCIA, 2004, pp.37-38).

Segundo o autor, “o papel do chefe também é expressivo na administração das terras, nos espaços rurais e na resolução de conflitos das populações locais (justiça comunitária).

O reconhecimento das instituições do poder tradicional obriga as entidades públicas e privadas a respeitarem, nas suas relações com aquelas instituições, os valores e normas consuetudinários observados no seio das organizações político- comunitárias tradicionais e que não sejam conflitantes com a Constituição nem com a dignidade da pessoa humana. (CRA, 2010, Artigo 223).

As autoridades tradicionais são tidas como elo de ligação dos interesses do Estado junto das populações e, desempenham um papel fundamental na preservação dos locais históricos, sendo estes os depositários das crenças, hábitos e costumes dos nossos ancestrais (MIGUEL 2014, p.39).

Assim, podemos afirmar que, com a intervenção das autoridades tradicionais na preservação e conservação dos Locais Históricos haverá uma desaceleração da degradação destes locais e poderá prolongar a vida útil dos mesmos e salvaguardar o património cultural.

Desta feita, e a partir do dito acima, podemos aferir que as autoridades tradicionais devem:

1. Cuidar, preservar e fazer respeitar estes locais;
2. Têm a responsabilidade de divulgar o real valor destes locais

para as comunidades;

3. Evitar que estes locais sejam alvo de vandalização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. (CACONDA, 2022, p.24).

A metodologia é o conjunto de métodos que regem uma investigação científica ou uma exposição doutrinal. Por outras palavras, a metodologia é uma etapa específica que procede de uma posição teórica e epistemológica, para a selecção de técnicas concretas de investigação. Logo, a metodologia depende dos postulados que o investigador acredita serem válidos, já que a acção metodológica será a sua ferramenta para analisar a realidade estudada. (Ibid, p.24).

3.1 Tipos de pesquisa

Pesquisa descritiva:

Este tipo de pesquisa serviu para descrever as características da população pesquisada.

3.2 Métodos de pesquisa

Métodos Teóricos

Permitiu reconstruir as teorias, conceitos e ideias, para aprimorar os fundamentos teóricos da pesquisa.

Os métodos teóricos utilizados na presente pesquisa são:

Método Bibliográfico

A pesquisa bibliográfica é aquela baseada em materiais já publicados tais como: livros, teses, artigos, revistas e dissertações. (TREINTA, et al, 2012, p. 509).

Serviu para identificar o que já foi produzido pela academia científica. Ou seja, permitiu colectar toda informação que já tenha sido discutida e publicada, com finalidade de construirmos um novo conhecimento.

Análise e Síntese

Este método, permitiu analisar e fazer uma síntese aos dados colectados através da fonte bibliográfica, com a finalidade de construirmos um novo conhecimento.

Métodos Empíricos:

Inquérito por questionário:

É o método que faz com que o investigador adopte um guia de concepção para o questionário, em função do tipo de análise e o mesmo é elaborado de forma prévia(CARVALHO 2019, p.32).

Permitiu a colecta da informação directamente de um interveniente, durante a investigação.

Entrevista:

A entrevista permitiu compreender com detalhe o que os entrevistados pensam sobre o assunto abordado.

3.3 População e amostra.

População é o conjunto de todos os elementos relativos a um determinado fenómeno, que possuem pelo menos a mesma característica.

O presente trabalho contou com uma população de **379.102** habitantes do Município da Caála, dos quais 183.546 homens e 195.556 mulheres.

Amostra é apenas uma parte da população, ou seja, é o subconjunto da população(FILIPE, 2003, p.5).

Diante do exposto, o trabalho contou com uma amostra de 20, dos quais 12 homens e 8 mulheres.

3.3.1 Tipo de amostragem:

A amostragem é do tipo probabilístico, e o critério de selecção foi simples, porque a escolha não foi intencional, mas funcionou apenas o acaso.

4 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos na realização dos inquéritos por questionário.

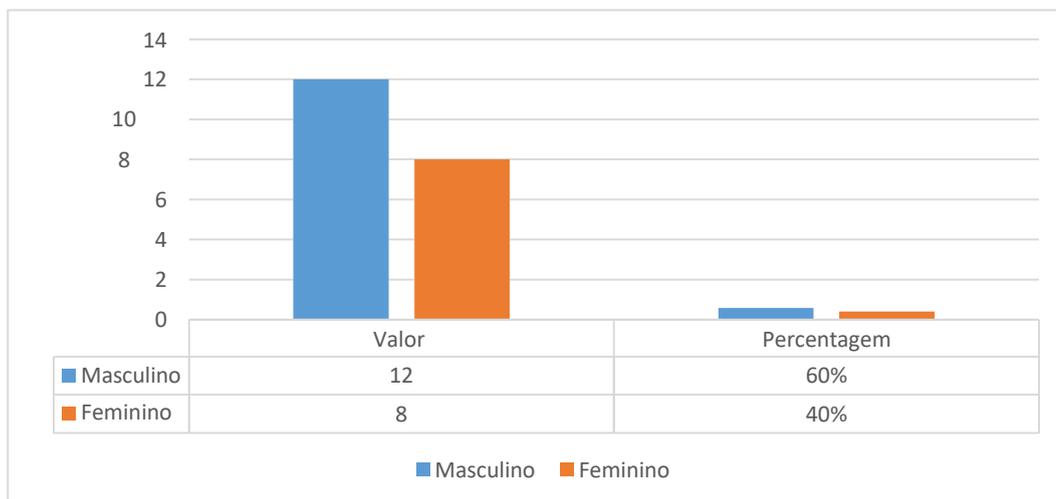
Tabela 1 População e Amostra

População		
Sexo	Frequência	Percentagem (%)
Masculino	183.546	48%
Feminino	195.556	52%
Total	379.102	100%

Amostra		
Sexo	Frequência	Percentagem (%)
Masculino	12	60%
Feminino	8	40%
Total	20	100%

Fonte: (Autora, 2023)

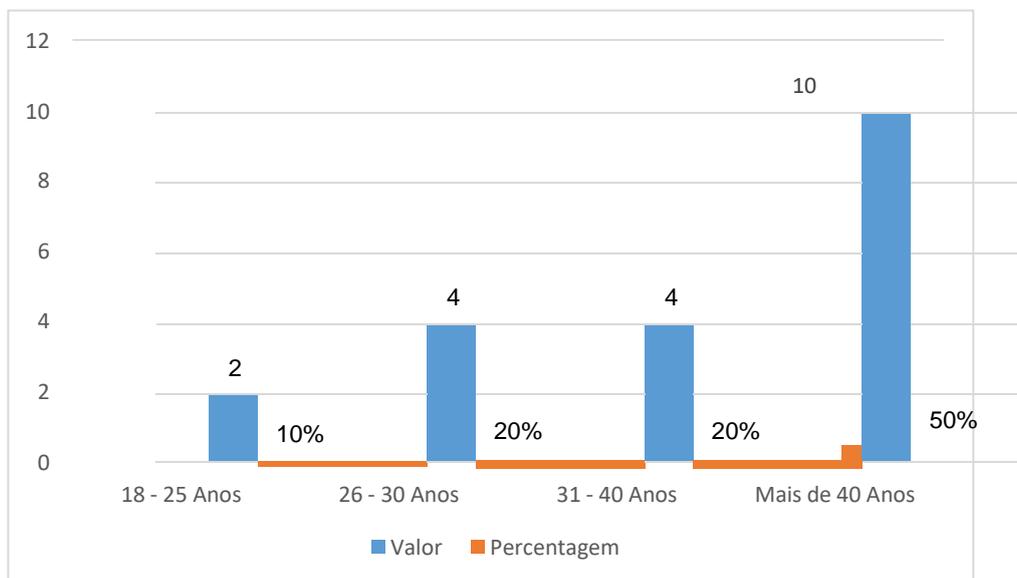
Gráfico 1 Divisão dos inquiridos por idade



Fonte: (Autora, 2023)

Observando o gráfico apresentado pode-se notar que, dos inquiridos, boa parte (correspondendo a 60%) é do sexo masculino.

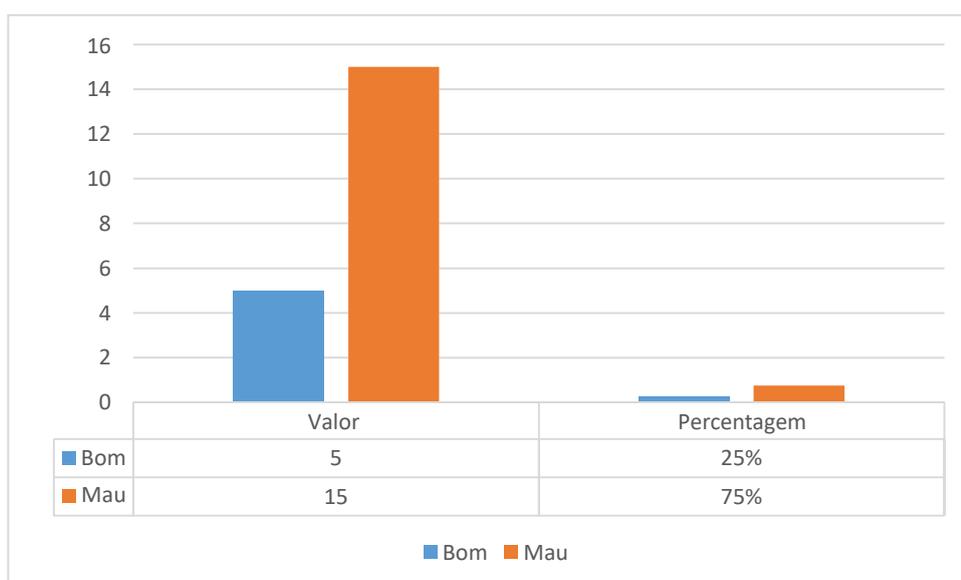
Gráfico 2 Divisão dos inquiridos por idade



Fonte: (Autora, 2023)

No quadro, acima exposto, nota-se claramente que, entre as pessoas inquiridas, 50% (equivalente a 10 pessoas) tem mais de 40 anos. 20% (4 pessoas) apresenta uma idade que vai dos 26 a 30 anos. 20% (4 pessoas) tem uma idade compreendida entre os 31 a 40 anos. 10% (2 pessoas) tem uma idade que vai de 18 a 25 anos.

Gráfico 3 Estado actual dos locais históricos do Município da Caála.

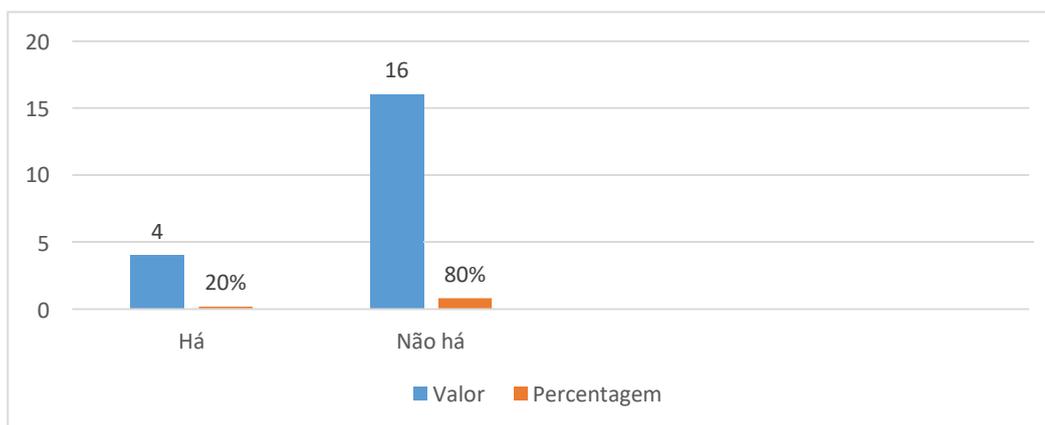


Fonte: (Autora, 2023)

O gráfico acima apresentado faz perceber que os locais históricos,

actualmente, encontram-se num estado mau, pois, dos 20 inquiridos, 15 (correspondente a 75%) responderam que os locais históricos encontram-se num estado mau, apenas 5 (correspondendo a 25%) responderam que se encontram em bom estado.

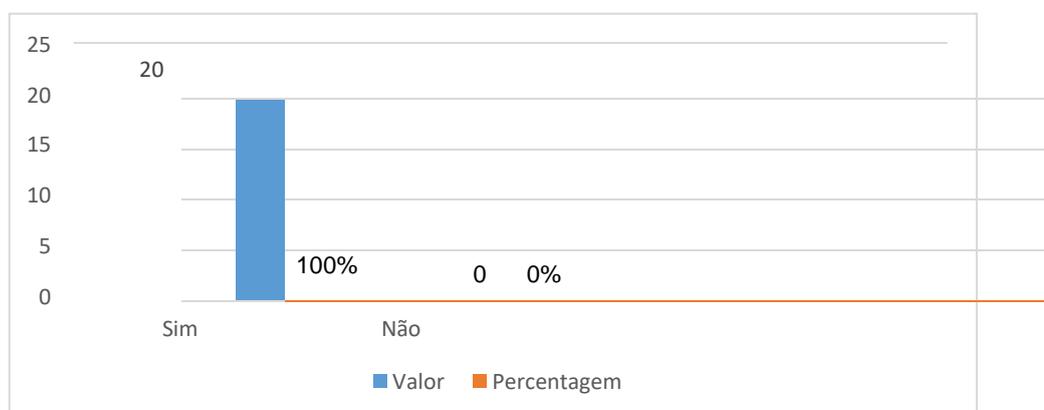
Gráfico 4 Intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos



Fonte: (Autora, 2023)

Os inquiridos, questionados sobre a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos, 80%, equivalente a 16 pessoas, respondeu que não é verificada a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do Município da Caála. Apenas 4 pessoas, equivalente a 20%, responderam que é verificada.

Gráfico 5 A requalificação e modernização dos locais históricos contribui para a sua valorização?

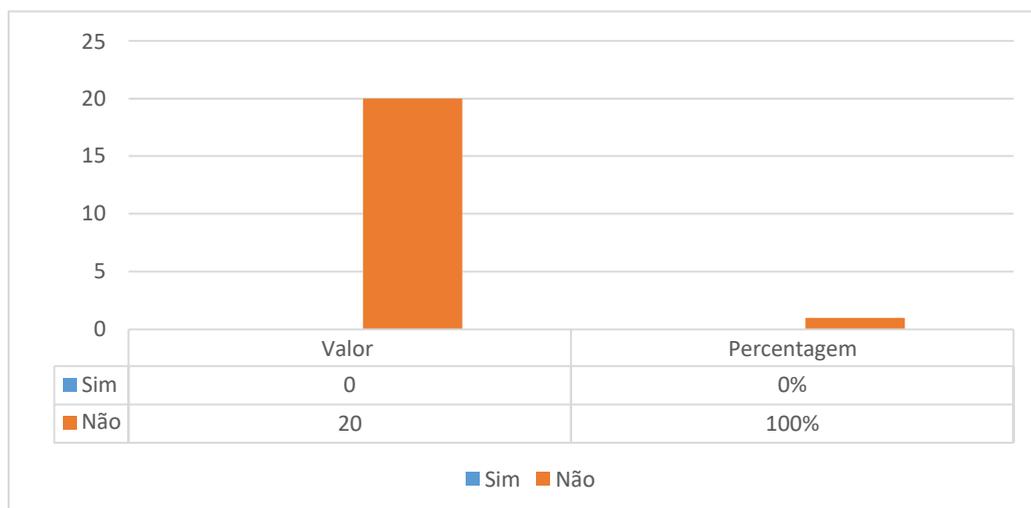


Fonte: (Autora, 2023)

Conforme ilustra o quadro acima, diante da questão formulada, todos os inquiridos (correspondendo a 100%) disseram que sim, a requalificação e

modernização dos locais históricos contribui para a sua valorização.

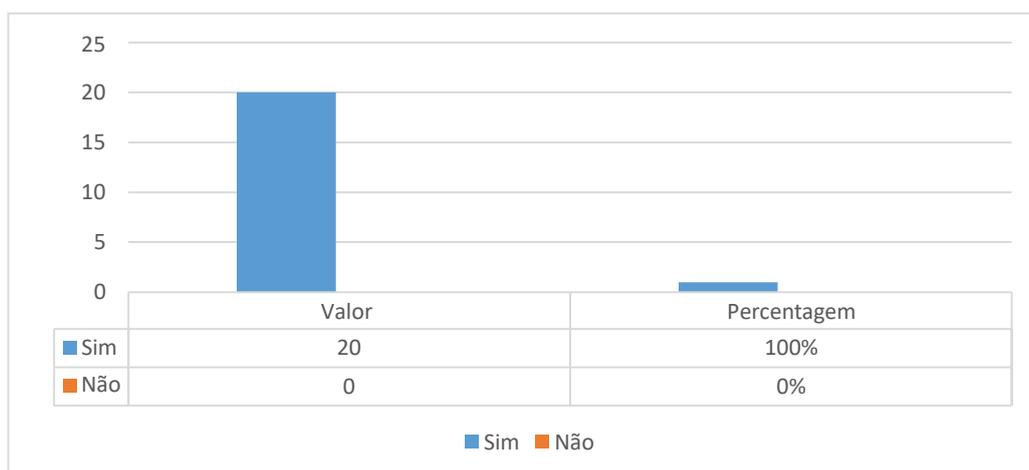
Gráfico 6 Os munícipes da Caála sabem o significado dos locais históricos para as suas



Fonte: (Autora, 2023)

No estudo feito, também procuramos saber se os munícipes sabem o significado dos locais históricos para as suas vidas. Feita a questão, 100% dos inquiridos (20 pessoas) disseram que não.

Gráfico 7 A valorização dos locais históricos tem um impacto no crescimento da economia?



Fonte: (Autora, 2023)

A última questão por nós formulada aos nossos inquiridos tem a ver com o contributo dos locais históricos no crescimento da economia. Feita a questão 20 pessoas (100%) dos nossos inquiridos disseram que sim. A valorização dos locais históricos contribui para o crescimento da economia através do turismo.

5 PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Feita a discussão dos resultados, torna-se clara a necessidade de criar políticas de intervenção das autoridades tradicionais, na protecção dos locais históricos como património cultural do município da Caála. Daí a necessidade de propor e assegurar medidas preventivas capazes de garantir a permanência dos locais históricos por maior tempo possível, cientes de que a conservação é um factor de manutenção da nossa herança cultural, tanto para nós quanto para as gerações futuras. Assim as políticas a propor para a intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos são:

Promover eventos onde as autoridades tradicionais expliquem o real valor que cada local histórico tem e como devemos conservá-los.

6. CONCLUSÃO

No presente relatório tratamos da intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos no Município da Caála. Para a melhor compreensão procurou-se, primeiramente, abordar de forma abrangente os conceitos de autoridades tradicionais e locais históricos, bem como outros aspectos relevantes para este relatório.

As autoridades tradicionais são tidas como aquelas que velam pelos interesses das comunidades junto do Estado e, desempenham um papel fundamental na preservação dos locais históricos, sendo estes os depositários das crenças, hábitos e costumes dos nossos ancestrais.

Os locais históricos são o reflexo da identidade de um povo. São vistos como portadores de mensagens do passado, inspiração para as gerações futuras, são o testemunho vivo para desenvolvimento histórico, social e económico de um País.

Assim, afirmamos que, com a intervenção das autoridades tradicionais na preservação e conservação dos Locais Históricos haverá uma desaceleração na degradação destes locais e poderá prolongar a vida útil dos mesmos e salvaguardar o património cultural.

Para investigações futuras, deixa-se uma pista virada à participação das autoridades tradicionais no que tange à valorização e preservação dos locais históricos do Município da Caála, sendo estes uma potência para alavancar a economia do Município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, L. L. C. *Monumentos Históricos e a Cultura Local: Um Olhar Sobre o Complexo Cultural São Francisco*. 62f. Monografia. UEPB. João Pessoa – PB, 2014.

BATALLA. *Autoridades e Tradições*. 10ª. ED. S, Bras, 1997.

BISPO, M. N. *Políticas públicas e o patrimônio histórico: das primeiras ações a economia da cultura*. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, 2011.

CACONDA, M. C. *O Contributo dos Locais Históricos na Diversificação da Economia do Município da Caála*. Caála, 2022.

CALUNDUNGO, A.J.A. *Mediação Social Em Angola: Relações de Interface entre ONGS e Camponeses na Região do Planalto Central, Província do Huambo, Município da Caála*. 280f. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2013.

CANANGA, E. C. *Relação Entre o Poder Tradicional e o Poder Positivo no Município da Caála*, 2022.

CARVALHO, J. Eduardo. *Metodologia do Trabalho Científico, Saber-Fazer da investigação para dissertações de teses*, 2ª Edição, Lisboa: Escolar Editora, 2009.

CHICO, H. S. *O Poder Local Do Estado E As Autoridades Tradicionais Em Angola: Caso da Lunda*. 136f. Dissertação. PUCPR. Curitiba-PR, 2020.

CHICO, H. S. *O Poder Local Do Estado E As Autoridades Tradicionais Em Angola: Caso da Lunda*. 136f. Dissertação. PUCPR. Curitiba-PR, 2020

COMPOS. *Descentralização Administrativa das Autoridades*, Moçambique, 2017.

COSTA, R. J. *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)*. 205f. Tese. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

CRAVEIRO, F. M. S. *Educar Para a Preservação do Património Cultural: Uma Proposta de Um Roteiro Pedagógico Através do Património Medieval de Lisboa*. F.C.S.H. Lisboa, 2011.

DAIBERT, R. A Religião dos Bantos: Novas leituras Sobre o Calundu no Brasil Colonial. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 7-25, janeiro-junho. 2015.

TUNGA, Francisco. O Papel das Autoridades Tradicionais no Processo da Implementação das Autarquias em Angola, 2020.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Ed. 6ª. Edit. Atlas Sa. São Paulo,

GUEDES, A. & Lopes, M. *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Edições Almedina. 2007.

Heron, E. Vandalism in a South African township: an exploratory study of criminal damage to the built environment in Manenberg, Western Cape [Thesis] University of Cape, 2003.

KAPOCO. Pluralismo Jurídico e Aplicação das Medidas de Coação no Direito Tradicional e Positivo, 2019

LIMA, R. Incivilizados e incivilidades. *Revista Espaço Académico*. 2012

MANGALA, A. Z. G. *O Contributo das Autoridades Tradicionais na Afirmação como Poder Local em Angola*. O caso Particular do Ambriz (2015-2017). 91f. Dissertação. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2018.

NETO, M. C. História Transcultural de um Povo, 2018

MERRILLS, A. The Origins of Vandalism. *International journal of the Classical Tradition*, 2009.

MIGUEL, O Papel e Desafios das Autoridades Tradicionais nos Dias Actuais, 2014

MONTEIRO, D. H. *Tradições Nacionais e Identidades*: Dissertação. Universidade do Porto. 2014

MOTA, N. K. *Estudo do Turismo e Marketing*. São Paulo, 2007.

NETO, T. J. A. S. História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, 2010.

NORA, P. M. C. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (orgs.). La Nouvelle.

PAIN, R. S. A questão da terra em Angola: Velhos Problemas, Velhas Soluções. 2020.

PEREIRA, S. I. M. Problemas Urbanos Contributos da Geografia Escolar para o Desenvolvimento de Aprendizagens Significativas. 142f. Relatório. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

PESSELA, T.. Os Encantos do Percurso Histórico da Cidade da Caála, 2021.

PIERRE NORA: memoris da histórias, cultura i identidades, 2006.

PIMENTA, M. *Eventuais Causas e Consequências da Delinquência em Angola. Modelos de Delinquência-* (2018).

PMDS. Programa Mundial de Desenvolvimento social, 2017.

RAZUL. Autoridades Tradicionais e Resolução de Conflitos Sociais - 2011

RELÓGIO, A. T. *Importância do Caminho de Ferro de Benguela para o Desenvolvimento Regional.* 2017.

RODRIGUES, A. N. R. Reflexões Sobre a Influência do Direito Costumeiro no Direito

SAMACACA. J. Percurso Histórico do Município da Caála: da Época Colonial à Pós-colonial, 2022

SUNGO, M. L. M. *O Reino do Mbalundu: Identidade e Soberania Política no Contexto do Estado Nacional Angolano Actual.* 143f. Dissertação. UFSC. Florianópolis, 2015.

TAVARES, Monumentos Sítios Preservação e Conservação, São Paulo, 2010.

Wrest, R. - *Graffiti as vandalism: an analysis of the intentions, influence, and growth—*2012

CONSTITUIÇÃO

CRA (Constituição da República de Angola, 2010)

JORNAL

ANGOP (Agência de Notícia Angola Press, 12-08- 2021).

FONTE ORAL

KATCHIPUNDO, (dia 10 de Maio, 2023 as 14h).

APÊNDICES

Figura 1 Capela Nossa Senhora do Monte:



Fonte: (Autoria, 13.07.2023)

Figura 2 Primeiro Chafariz da Caála



Fonte: Autoria Própria, 13.07.2023)

Figura 3 Pedra Kawe.



Fonte: (Autoria,13.07.2023)

ANEXOS



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito faz parte de um estudo que se pretende realizar no âmbito da conclusão da licenciatura em História, no Instituto Superior Politécnico da Caála, com o tema: **“Proposta de Políticas para a intervenção das Autoridades Tradicionais nos Locais Históricos do Município da Caála”**.

Agradeço que colabore, respondendo as perguntas, porque as suas respostas são, para este trabalho, de extrema importância.

1-

Sexo

Masculino

Feminino

2-

Idade

18 – 25 Anos

26 – 30 Anos

31 – 40 Anos

Mais de 41 Anos

3- **Qual é o estado actual dos locais históricos do município da Caála?**

Bom

Mau

4- **Há intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos?**

Sim

Não

5- A requalificação e modernização dos locais históricos contribui para a sua valorização?

Sim **Não**

6- Os munícipes da Caála sabem o significado dos locais históricos para as suas vidas?

Sim **Não**

7- A valorização dos locais históricos tem um impacto no crescimento da economia?

Sim **Não**